

A relação entre linguagem e palavra de ordem em Gilles Deleuze e Félix Guattari

Windson Pinho Vasconcelos*

Resumo: Este artigo se dedica à noção de palavra de ordem concebida por Deleuze e Guattari (1995). Nosso objetivo centra-se em analisar: (i) em que medida a palavra de ordem se relaciona com a linguagem; e (ii) de que forma o enunciado e os atos de fala contribuem para o entendimento da palavra de ordem. Nosso fio condutor de análise serão as obras Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia (1995), de Deleuze e Guattari; A Arqueologia do saber (2008), de Foucault, e Quando dizer é fazer (1990), de Austin. O ponto de partida dá-se na noção de enunciado em Foucault, pois acreditamos que a concepção de enunciado à qual Deleuze e Guattari se referem em sua obra é uma herança foucaultiana. Em seguida, partimos aos atos de fala em Austin, para esmiuçar as proposições quanto à performatividade da linguagem, culminando, assim, na noção de palavra de ordem. Por fim, chegamos à conclusão de que a linguagem não é só um elemento utilizado para comunicação e informação, mas é antes palavra de ordem, e esta implica toda comunicação, ao induzir o indivíduo aquilo que ele deve reter e pensar.

Palavras-chave: Linguagem; Palavra de ordem; Atos de fala.

Resumen: Este artículo está dedicado a la noción de palabra de orden concebida por Deleuze y Guattari (1995). Nuestro objetivo es analizar: (i) en qué medida la palabra de orden se relaciona con el lenguaje; y (ii) en qué medida los actos de habla e enunciado contribuyen a la comprensión de la palabra de orden. Nuestro análisis parte del a obra Mil platôs– Capitalismo e esquizofrenia (1995), de Deleuze e Guattari, así como nos expandimos usando las obras A Arqueologia do saber (2008), de Foucault; e Quando dizer é fazer (1990), de Austin. El punto de partida es la noción de enunciado en Foucault, ya que creemos que el concepto de enunciado al que se refieren Deleuze y Guattari en su obra es una herencia foucaultiana. En la secuencia pasaremos a los actos de habla en Austin, para percibir las proposiciones sobre la performatividad del lenguaje; culminando así en la noción de palabra de orden. Finalmente, se concluye que el lenguaje no es solo un elemento utilizado para la comunicación y la información, pero es más bien palabra de orden, porque es la palabra de orden que implica toda comunicación, induciendo al individuo lo que él debe retener y pensar.

Palavras-clave: Lenguaje; Palabra de orden; Acto de habla.

*Acadêmico do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Este artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Gilles Deleuze e a crítica linguística”, sob orientação do professor Dr. Giorgio Gonçalves Ferreira, e apresentada na XXV Jornada de Iniciação Científica da UNEB em 2021.

1. Introdução

A proposta deste artigo é perceber em que medida a palavra de ordem, concebida por Deleuze e Guattari (1995), se relaciona com a linguagem. Para isso, partimos do platô intitulado “20 de novembro de 1923 — postulados da lingüística”, da obra *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (1995), pois nele consta a noção de palavra de ordem, bem como recorreremos às obras *A Arqueologia do saber* (2008), de Foucault e *Quando dizer é fazer* (1990), de Austin, a fim de elucidarmos algumas das discussões propostas pelos autores.¹

No tópico I do referido platô, os autores questionam o postulado da lingüística de que a linguagem seria essencialmente informativa e comunicativa, pois, em sua concepção, ela seria, inicialmente, um ato, um comando, uma palavra de ordem, e apenas secundariamente implicaria a comunicação de uma informação. Para elucidar esse pensamento, logo no início, Deleuze e Guattari (1995) exemplificam que uma professora não se questiona quando interroga o aluno, bem como não contesta uma regra de gramática nem de cálculo, mas que ela apenas “*ensigna*”, ordena e comanda, repassando as bases duais da gramática. Nesse sentido, a linguagem, então, não é mais estabelecida entre algo visto/sentido/dito, mas que vai de um dizer a outro dizer, de transmissões do que se ouviu, e é “nesse sentido que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de um signo como informação. A linguagem é um mapa e não um decalque” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 9). Assim, esse estudo tem como objetivo analisar a crítica deleuze-guattariana à afirmação de que a língua é essencialmente comunicativa e informativa, no intuito de perceber: (i) em que medida a palavra de ordem se relaciona com a linguagem; e (ii) de que forma o enunciado e os atos de fala contribuem para o entendimento da palavra de ordem.

Dessarte, discorreremos, inicialmente, sobre a noção de enunciado em Foucault (2008), pois acreditamos que a concepção de enunciado à qual Deleuze e Guattari se referem em sua obra é uma herança foucaultiana. Em seguida, partimos aos atos de fala em Austin (1990) para esmiuçar as proposições quanto à performatividade da linguagem, e, por fim, abordamos a noção de palavra de ordem.

2. O enunciado

Para que possamos compreender a noção de palavra de ordem deleuze-guattariana, precisamos, antes, remontar a formulação de enunciado proposta por Michel Foucault em

¹ Os filósofos em questão — Austin, Foucault, Deleuze e Guattari — têm muitos pontos em comum, mas também interesses diversos ao realizar o diálogo com a linguagem. Austin (1911-1960) inaugura a concepção da linguagem enquanto ato e suas implicações nas interlocuções cotidianas dos sujeitos. Foucault (1926-1984) tem por interesse crucial as relações entre o enunciado, o discurso e a história. Deleuze (1925-1995) e Guattari (1930-1992), por sua vez, foram acionados na condição de pensadores do agenciamento e do desejo.

A Arqueologia do Saber (2008), tendo em vista que Deleuze e Guattari afirmam que “a unidade elementar da linguagem — o enunciado — é a palavra de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 7). Nesse sentido, acreditamos que Foucault propõe uma outra concepção para este conceito, uma vez que coloca em questão que a noção de enunciado não estaria necessariamente ligada à ideia dos lógicos quando a denominaram proposição, nem a dos gramáticos ao caracterizá-la como frase, e nem a dos analistas ingleses ao demarcarem-na como *speech act*.²

Tomemos, de início, uma exemplificação dada pelo próprio Foucault. Segundo ele, quando se encontra em uma gramática latina determinadas palavras como “amo, amas e amat”, organizadas em coluna, não estaríamos lidando com frases, mas com “o enunciado das diferentes flexões pessoais do indicativo presente do verbo amare” (FOUCAULT, 2008, p. 92). Do mesmo modo que “[...] uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, [...] um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição” (FOUCAULT, 2008, p. 93) não se configurariam como frases, ainda que enunciem algo. E as frases que, por vezes, sejam aí encontradas estariam a título de descrição e/ou explicação. Nesse sentido, percebemos que nenhuma dessas exemplificações dialogam com a noção de frase dos gramáticos, mas com algo que vai além e a possibilita existir, pois “não parece possível [...] definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase” (FOUCAULT, 2008, p. 93), tendo em vista que a concepção de enunciado tradicionalmente usada na linguística o concebe como uma oração, como algo já dado no interior de uma determinada estrutura linguística. No entanto, segundo Foucault (2008, p. 97- 98), o enunciado vai além disso:

O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua [...] nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção, [...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta [...] se a proposição é legítima e bem constituída. [...] trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2008, p. 97-98).

² Tradução livre: atos de fala.

Depreendemos daí que o enunciado não está apoiado em critérios linguisticamente estabelecidos, e nem se configura como uma unidade material à qual possa ser limitada, mas, ao contrário, o enunciado é uma função de existência, e, como tal, permite a determinadas construções fazerem sentido ou não. Nesse âmbito, o enunciado não existe no mesmo plano da língua, porque ela carrega em si uma série de regras que a torna secundária em relação aos signos que a constituem, pois “[...] os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e o que os regem do interior” (FOUCAULT, 2008, p. 96).

Por isso, Foucault (2008) afirma ser inútil buscar o enunciado nos agrupamentos unitários de signos, porque ele não é um sintagma e nem regra de construção, e sim o que possibilita a tais conjuntos de signos e regras suas atualizações. Nesse sentido,

um enunciado — qualquer que seja e por mais simples que o imaginemos — não tem como correlato um indivíduo ou objeto singular que seria designado por determinada palavra da frase. [...] Em compensação, o que se pode definir como correlato do enunciado é um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas. [...] Um enunciado não tem diante de si [...] um correlato. Está antes ligado a um "referencial" que não é constituído de "coisas", de "fatos", de "realidades", ou de "seres", mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 102–103).

Dito de outro modo, o enunciado não tem uma relação imanente com um indivíduo, mas está, antes, mantendo uma correspondência com leis de possibilidades e conjuntos de domínios nos quais são possibilitadas as atribuições de sentidos para a frase no nível gramatical ou para o valor de verdade da proposição lógica. Nessa perspectiva, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Por esse ângulo, percebemos porque Deleuze e Guattari (1995) afirmam que a unidade elementar da linguagem — o enunciado — é palavra de ordem. É que a palavra de

ordem pode se definir como uma relação, como uma lei que relaciona e diferencia os signos, e leis se definem antes e, sobretudo, por suas relações com as práticas humanas e pelas relações de poder que daí derivam. Assim, entendemos que a palavra de ordem emaranhada nesse domínio/conjunto de signos localiza-se na linguagem como uma maneira de inserção no social. À luz do exposto, vejamos então uma perspectiva da linguagem em sua relação com os atos de fala.

3. Os atos de fala e a linguagem

Na medida em que desenvolvem sua obra, Deleuze e Guattari (1995) mencionam e tecem críticas a uma série de noções a respeito da linguagem, até culminarem na afirmativa de que a “linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12). Por esse motivo, eles incentivam-nos a revisar e esmiuçar os rudimentos dos atos de fala em Austin (1990), uma vez que esses podem evidenciar em que medida a palavra de ordem se materializa também a partir desses elementos que constituem a linguagem. Assim, de acordo com os autores,

as célebres teses de Austin mostram que não existem, entre a ação e a fala, apenas relações extrínsecas diversas, de forma que um enunciado possa descrever uma ação no modo indicativo, ou antes provocá-la em um modo imperativo, etc. Existem também relações intrínsecas entre a fala e determinadas ações que se realizam quando estas são ditas (o performativo [...]) e mais geralmente entre a fala e determinadas ações que se realizam quando falamos (o ilocutório [...]). São esses atos, interiores à fala, essas relações imanentes dos enunciados com os atos, que foram chamados de pressupostos implícitos ou não discursivos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 9-10).

Deleuze e Guattari retomam o conceito de atos de fala para demonstrar a existência de uma relação intrínseca entre a fala e a ação que se prefigura, como o perlocucionário e o ilocutório. Partindo dessa noção, os autores, conseqüentemente, passam então a considerar a pragmática como o referencial a partir do qual se desencadeia a fonética, a semântica e a sintaxe, pois consideram a linguagem enquanto performativa, e, por isso, põem em destaque a questão sobre os atos de fala. São esses atos intrínsecos na linguagem que foram considerados como pressupostos implícitos ou não discursivos, ou seja, algo que é pressuposto quando as sentenças são proferidas.

Ao comentar a teoria dos atos de fala em Austin, Ottoni (2002, p. 122) nos diz que “[...] não é possível pensar na linguagem de forma compartimentada, institucionalizada” como supôs o teórico Benveniste, porque, na concepção de Austin, a linguagem age sobre o mundo. Desse modo, Deleuze e Guattari (1995, p.10) destacam ainda que a esfera do performativo e do ilocutório demonstravam três grandes conseqüências, a saber:

1) A impossibilidade de conceber a linguagem como um código, visto que este é a condição que torna possível uma explicação; e a impossibilidade de conceber a fala como a comunicação de uma informação: ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes, necessariamente implícitos; 2) A impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou mesmo uma fonemática, como zonas científicas de linguagem que seriam independentes da pragmática; a pragmática deixa de ser uma "cloaca", as determinações pragmáticas deixam de estar submetidas à alternativa: ou se voltar para o exterior da linguagem, ou responder a condições explícitas sob as quais elas são sintaxizadas e semantizadas; a pragmática se torna, ao contrário, o pressuposto de todas as outras dimensões, e se insinua por toda parte; 3) A impossibilidade de manter a distinção língua-fala, visto que a fala não pode mais ser definida pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, ou pela aplicação variável de uma sintaxe prévia: ao contrário, são o sentido e a sintaxe da língua que não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 10).

Ou seja, quando partimos dessa percepção, notamos a existência de uma modificação no modo de concepção da linguagem como código, pois esse atua apenas no plano da explicação, e o que acontece é uma reordenação das funções da linguagem. Ela seria, a princípio, ato, comando e obediência, e, em segundo plano, comunicativa e informativa, pois no processo de comunicação não existem apenas trocas, mas, antes, um nível de comandos que se exercem quando as palavras são ditas. A linguagem, na perspectiva dos autores, não é mais concebida por uma ordenação estruturalista, e sim por uma visão pragmática, uma perspectiva mais alinhada ao seu uso. Dito de outro modo, é a linguagem em ação, na qual dizer é, antes de tudo, fazer. Por esse aspecto, em uma visão performativa da linguagem, Austin pensa os atos de fala como a linguagem em ação, e não apenas como representação de signos. Por isso, para ele, os atos de fala são compostos pelo locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário, como seguem:

Em primeiro lugar, distinguimos um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo, que sintetizamos dizendo que realizamos um *ato locucionário*, o que equivale, a grosso modo, a proferir determinada sentença com determinado sentido e referência [...]. Em segundo lugar dissemos que também realizamos *atos ilocucionários* tais como informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se, etc., isto é, proferimentos que têm uma certa força (convencional). Em terceiro lugar também podemos realizar *atos perlocucionários*, os quais produzimos *porque* dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir ou, mesmo, surpreender ou confundir [...]. Todas essas três classes de "ações" estão sujeitas, simplesmente por serem ações, às dificuldades e reservas costumeiras que consistem em distinguir uma tentativa de um ato consumado, um ato intencional de um não-intencional, e coisas semelhantes (AUSTIN, 1990, p. 95-96, grifo do autor).

A partir do excerto, constatamos que o ato locucionário consiste naquele ato que, ao ser proferido numa determinada sentença, mantém relação com o sentido e a referência, como no exemplo do próprio autor: “Ele me disse ‘Atire nela!’ querendo dizer com ‘atire’ atirar e referindo-se a ela por ‘nela’” (AUSTIN, 1990, p. 90). Nessa construção, existe um sentido que está vinculado à palavra “atire” e a referência vinculada à contração pronominal “nela”. Dito de outro modo, o ato locucionário promove uma “articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional” (OTTONI, 2002, p. 128) na sentença.

O ato ilocucionário, por sua vez, é aquele que, quando proferido, possui uma força de realização, a exemplo de “Ele me instigou [...] a atirar nela” (AUSTIN, 1990, p. 90). Nesse exemplo, percebemos que a frase tem um caráter despertador, pois, ao ser proferida, tem-se a noção de que alguém foi incitado, através da sentença, a atirar em alguém. Por isso o ilocutório tem uma força de realização, ou seja, é um ato que performa.

Por sua vez, o ato perlocucionário consiste em influir uma tomada de atitude no seu interlocutor, como por exemplo: “Ele me persuadiu a atirar nela” (AUSTIN, 1990, p. 90). Nessa perspectiva, notamos que o ato perlocucionário atua numa extensão de fazer com que o ouvinte aja sobre uma determinada situação a partir do seu proferimento, ou seja, ele reproduz um efeito a partir do que foi enunciado. Por isso, os atos de fala têm, nessa linha de pensamento, uma amplitude de performatividade incutida nas sentenças quando são pronunciadas.

Por esse ângulo, a linguagem, na concepção desses autores, passa a ser entendida a partir dos atos que a desencadeia e que, a partir dela, são desencadeados, haja vista que “as afirmações agora não só dizem sobre o mundo como fazem algo no mundo. Não descrevem a ação, praticam-na” (OTTONI, 2002, p. 130). Assim, nesse *dizer-fazer* sobre o mundo é que a linguagem também exerce os comandos, tendo os fatores extrínsecos³ e intrínsecos (performativo e ilocutório), possibilitando o exercício da palavra de ordem. Desse modo, destacamos que a teoria austiniana trouxe um ganho significativo para os estudos da linguagem, pois impulsionou os atos de fala e a pragmática para dentro dela. Vejamos a seguir a palavra de ordem.

4. Palavra de ordem

Ao estabelecermos, no início da discussão, a noção de enunciado em Foucault (2008) e, logo em seguida, dos atos de fala em Austin (1990), lançamo-nos no intento de ampliar

³ Deleuze e Guattari retomam as teses de Austin, mas não evidenciam quais são esses fatores extrínsecos. No entanto, acreditamos que esses fatores tenham relação com “As circunstâncias do proferimento”, o 6º ponto da discussão iniciada por Austin sobre os performativos explícitos, no qual ele discute também sobre modo; tom de voz, cadência, ênfase; advérbios e expressões adverbiais; partículas conectivas; e elementos que acompanham o proferimento (Cf. AUSTIN, 1990, p. 70-75).

as condicionantes abarcadas na discussão por Deleuze e Guattari para tentarmos, agora, compreender a noção de palavra de ordem disposta por eles. Com efeito, justificamos esse panorama trazendo à luz as palavras dos autores, quando afirmam que as palavras de ordem não são

[...] uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 11-12).

Assim, compreendemos, com isso, a existência de um vínculo que une essa tríade — enunciado, atos de fala e palavra de ordem — pois elas não se dão, necessariamente, de maneira isolada, mas existem aí circunstâncias sociais que possibilitam que elas se aglutinem para desempenhar, em certa medida, as palavras de ordem, essa que é considerada, então, como a redundância na relação dos atos com os enunciados. Por conseguinte, passa-se a entender que “a linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas [...] transmissão de palavras de ordem, [...] uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12).

Desse modo, podemos também perceber que a palavra de ordem é a soma dos domínios do âmbito enunciativo com os comandos dos atos de fala. Por isso, “a palavra de ordem é, precisamente, a variável que faz da palavra como tal uma enunciação. A instantaneidade da palavra de ordem, sua imediatidade, confere-lhe uma potência de variação em relação aos corpos aos quais se atribui a transformação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16). O poder e a performatividade das palavras de ordem desencadeiam ações que operam tanto no âmbito da linguagem quanto na esfera física das relações humanas. No campo da linguagem, a palavra de ordem atua como uma função coextensiva, ou seja, ela está imbricada na linguagem e se efetua a partir dela para regular as relações entre os indivíduos sem que estejam conscientes disso no exato momento. No plano físico, a palavra de ordem, quando enunciada, opera como uma tomada de atitude por parte do interlocutor, pois ela influencia, induz e promove uma transformação que tanto pode ser corpórea quanto incorpórea, e, por isso, a sua relação com os atos de fala ilocucionário e perlocucionário.

Quando acionamos Foucault, ao considerarmos o enunciado uma função de existência, e a palavra de ordem como uma função coextensiva à linguagem, entrecruzamos os pontos para então percebermos uma aproximação entre esses domínios. Assim, de

acordo com Deleuze e Guattari (1995, p. 19-20), “é evidente que as palavras de ordem, os agenciamentos coletivos ou os regimes de signos, não se confundem com a linguagem. Mas efetuam a condição desta [...]; preenchem, em cada caso, esta condição, de forma que, sem eles, a linguagem permaneceria como pura virtualidade”. Desse modo, inferimos que, embora a linguagem não se confunda com esses elementos, eles possuem um certo grau de influência na constituição dela, pois, se assim não o fosse, ela permaneceria enquanto virtualidade,⁴ ou seja, enquanto elemento não existente em ato. Com efeito, os atos de fala, o agenciamento coletivo e a palavra de ordem efetuam a linguagem de maneira a fazê-la agir sobre o mundo, tendo em vista que consideramos os efeitos das palavras numa sentença enunciada, e não a palavra como efeito da enunciação.

Nessa perspectiva, podemos dizer, então, que não existem enunciados individualizados, porque não há sujeito de enunciação, e sim a existência de um agenciamento coletivo viabilizando esse processo, pois é ele, “tal como surge livremente nesses discursos, que explica todas as vozes presentes em uma voz” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13). Assim, entendemos que é a partir do agenciamento coletivo que se consegue determinar e explicar as palavras de ordem, ou, dito de outro modo, é a palavra de ordem, enquanto agenciamento da linguagem, que transforma a relação que esta estabelece com o social. Nesse sentido, nossa concepção encontra abrigo nas palavras de Santos (2014, p. 93), ao explicitar que

[...] o agenciamento se realiza no discurso indireto, tem em si mesmo palavras de ordem, de forma que o homem não pode escapar de ser agenciado, pois não possui a capacidade de comunicar o que viu sem deixar de ser agenciado, sob pena de ser condenado ao ostracismo da linguagem; esta, por sua vez, é composta tão somente de discurso indireto e carrega consigo a palavra de ordem como expressão de sua própria natureza; e o discurso indireto, além de constituir a linguagem, é a presença da própria palavra de ordem (SANTOS, 2014, p. 93).

Nos termos deleuze-guattariano, poderíamos, então, afirmar que a palavra de ordem agencia a linguagem, justamente porque provoca uma transformação incorpórea.⁵ Quando os autores discutem a linguagem, percebendo-a não mais enquanto primordialmente informativa e comunicativa, e sim como palavra de ordem, ela passa, então, a ser entendida na medida em que desdobra a sua relação com os comandos e a sua performatividade. Nessa direção, a palavra de ordem altera a concepção da linguagem como comunicação e como informação e torna-a elemento catalisador de comandos. Se a palavra de ordem agencia a linguagem e se coloca como uma função a ela coextensiva, é precisamente

⁴ Entendemos por virtualidade aquilo que “[...] existe apenas em potência, que não se tornou ainda ato, que está em processo de desenvolvimento. Ex.: a borboleta existe em estado virtual na lagarta. 2. Implícito, inato, não manifesto” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 189).

⁵ Podemos dizer que “a transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14).

porque exerce uma função através da linguagem. Essa função se dá através da relação que a palavra de ordem estabelece com os atos de fala quando as sentenças são enunciadas. Nesse sentido, pode-se falar que a palavra de ordem exerce uma função coextensiva à linguagem (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

De acordo com Deleuze e Guattari (1995, p. 17), “passamos dos comandos explícitos às palavras de ordem como pressupostos implícitos; das palavras de ordem aos atos imanentes ou transformações incorpóreas que eles expressam; depois, aos agenciamentos de enunciação dos quais eles são as variáveis”. As palavras de ordem agem na linha do implícito, ou seja, não se consegue detectá-las no momento de uso, mas consegue-se perceber transformações de posições quando elas são enunciadas. Ou, conforme Santos (2014, p. 87-88),

a palavra de ordem subjaz como a fonte ilocucionária da linguagem atrelado aos pressupostos implícitos dos atos de fala, expandindo-se desde os comandos expressos – “faça isso!” – àquilo que poderia ser costumeiramente interpretado como uma mera informação – uma notícia de jornal traz consigo a palavra de ordem: “adote esse ponto de vista (SANTOS, 2014, p. 87-88).

Por esse ângulo, a palavra de ordem, operando através da linguagem, age como uma força de realização que se amplifica tanto quando os comandos são nítidos, a exemplo de “Use isso!”, quanto aqueles que estão, de certa forma, velados pela *mass media*, e que ditam, de alguma maneira, aquilo que é necessário reter, qual seja, a adoção de um ponto de vista que por vezes pode estar manipulado. Desse modo, e retomando o início da discussão, “a função-linguagem é transmissão de palavras de ordem, e as palavras de ordem remetem aos agenciamentos, como estes remetem às transformações incorpóreas que constituem as variáveis da função” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 20). No exercício da palavra de ordem há uma sequência de desencadeamentos que reforçam o seu nível de comando quando as sentenças são enunciadas ocasionando mudanças corporais e incorporais no âmbito das relações sociais.

5. Considerações finais

A linguagem, como vimos, não é só um elemento utilizado para comunicação e informação, mas é, antes, palavra de ordem, pois é esta que implica toda comunicação, induzindo o indivíduo aquilo que ele deve reter e pensar. Dito de outro modo, a palavra de ordem se localiza na linguagem como um ato, e são os atos que explicitam o sentido do que é dito. Desse modo, compreendemos que tanto os atos de fala quanto a palavra de ordem configuram-se como elementos primários da linguagem e exercem uma influência, uma tomada de atitude/postura do interlocutor frente àquilo que lhe é proferido. Por esse motivo, entendermos que a amplitude e a extensão da palavra de ordem, tal como discorre

Deleuze e Guattari, ajuda-nos a refletir sobre os usos da linguagem no que diz respeito aos comandos que são ali exercidos quando as sentenças são enunciadas.

A vinculação entre a palavra de ordem, os atos de fala e a linguagem desenvolve-se num fluxo *continuum* e correlacionado, ou seja, acontece de maneira simultânea. Portanto, podemos depreender que os indivíduos, muitas vezes, não percebem que movimentam suas falas e relações sociais através de ordens implícitas nos discursos proferidos pela sociedade, e essa falta de percepção pode não os permitir se desvencilhar de uma lógica automatizada, acarretando em uma vivência irreflexiva. Nesse sentido, remontar aos estudos da palavra de ordem em sua relação com a linguagem, sobretudo na perspectiva deleuze-guattariana, nos permite uma melhor compreensão acerca da linguagem e suas relações com os mecanismos de poder.

Referências

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-143, ago. 2002.

SANTOS, Ismael Andrade. Linguagem e Poder: contribuições de Deleuze e Fairclough. *Griot – Revista de Filosofia*, Amargosa, BA, v. 10, n. 2, p. 84-105, dez. 2014.

Recebido em 28 de janeiro de 2022

Aceito em 05 de julho de 2022